Nº 101 SET./2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Desafios de um Congresso Partidário

A segunda etapa do 4º Congresso do PT foi convocada para debater a reforma estatutária. Ainda não está claro o que irá a voto e quais as decisões com maiores chances de ser aprovadas. Mas é importante firmar um norte: é preciso preservar ao máximo o caráter democrático e militante do Partido. **EDITORIAL** PÁG. 2

Estado da Palestina Já

Neste mês, a ONU recebe pedido formal para reconhecimento da Palestina como Estado soberano. O PT, ao lado de outras forças políticas e movimentos sociais, está participando ativamente da campanha "Estado da Palestina Já! Justiça, Paz e Liberdade", que busca mobilizar a sociedade brasileira em apoio ao importante pleito daquele povo. PÁG. 3

Desafios de um Congresso Partidário

A segunda etapa do Quarto Congresso foi convocada para debater a reforma estatutária. Sobre este ponto, ainda não está claro o que irá a voto e quais as decisões com maiores chances de ser aprovadas.

Mas é importante firmar um norte: é preciso preservar ao máximo o caráter democrático e militante do Partido. Neste sentido, apoiamos as medidas que ampliem o controle das bases sobre as direções, que possibilitem a renovação geracional e a paridade de gênero, que estimulem a rotatividade nos postos de direção e também nos mandatos eletivos, que fortaleçam os vínculos com as bases sociais, a sustentação financeira militante, a comunicação e a formação política.

Além do debate estatutário, a segunda etapa do Quarto Congresso terá que se debruçar sobre alguns grandes temas políticos: a crise internacional e seus impactos na região; a necessidade de aproveitar a situação para acelerar nosso projeto de desenvolvimento democrático-popular; as mudanças urgentes na política econômica, destacadamente a redução na taxa de juros e o controle sobre a entrada e saída de capitais; a mobilização em defesa das reformas de base, entre as quais a agrária, urbana, tributária, de comunicação e política; a urgência de viabilizar recursos para o Sistema Único de Saúde; e as definições sobre nossa tática para as eleições municipais de 2012.

De todos estes temas, há um que incide sobre todos os demais: qual a natureza, a profundidade, a duração, os desfechos possíveis da atual crise internacional. A radicalidade maior ou menor, a urgência maior ou menor de nossa tática está diretamente relacionada a que resposta damos para cada uma destas questões.

Consideramos que a crise que teve início em 2007, assim como a crise em que estamos imersos agora, é uma crise do capitalismo neoliberal.

Suas causas imediatas estão na aplicação das políticas neoliberais: o estímulo à especulação financeira, a desregulamentação, o enfraquecimento do controle público, a retirada de direitos, a redução nos impostos sobre as grandes fortunas.

A crise retorna hoje, principalmente porque o governo dos Estados Unidos e os governos europeus optaram por aplicar remédios neoliberais para combater a crise do neoliberalismo.

Mas a crise não é apenas do neoliberalismo: é uma crise do capitalismo em sua fase neoliberal. E, portanto, não é uma crise "econômica" no sentido estrito da palavra. Ela contém várias outras dimensões, entre as quais: a) o deslocamento do eixo geopolítico do mundo, em direção ao Oriente e em direção ao Sul; b) o declínio da hegemonia dos Estados Unidos; c) o crescente o rechaço popular, em particular entre as novas gerações, frente à política e a ideologia neoliberais.

É por isto que a crise, hoje, se alimenta tanto de fatores estritamente econômicos (superficiais ou estruturais), quanto de fatores políticos. É por isto, também, que a crise é acompanhada de crises, de guerras, de revoltas sociais, assim como de uma onda de conservadorismo político por parte das classes dominantes.

Neste cenário, cabe ao Partido dos Trabalhadores, bem como as demais forças de esquerda do Brasil e da América Latina, aprofundar seu compromisso com outra visão de mundo e com outro modelo de desenvolvimento. E por outra visão entenda-se, também, dizer com absoluta clareza que é preciso construir uma alternativa socialista para o mundo, para a região, para o país.

É neste contexto e com os desafios decorrentes, que transcorreram os primeiros oito meses do governo Dilma.

Avaliamos de maneira positiva, mas crítica, os seis primeiros meses de governo Dilma: erros na composição do governo, vários deles corrigidos com as demissões ocorridas nas últimas semanas; concessões desnecessárias ao grande capital; inflexões incorretas na política externa, de comunicação, de cultura, no financiamento da saúde; titubeios nos direitos humanos.

Consideramos que estes erros, concessões e inflexões são em grande medida decorrência do que assistimos na campanha eleitoral: desde o papel conferido ao PMDB, passando pela linha de campanha e pela ausência de um programa que mereça o nome.

Defendemos uma correção urgente, tanto em políticas quanto no método de gestão, para afastarmos o risco de um cenário semelhante ao de 2003-2004, quando equívocos políticos resultaram em derrota nas eleições municipais e prepararam o cenário para a grande crise de 2005.

O problema de fundo é de estratégia. Reafirmamos o que já havíamos apontado quando da polêmica sobre o programa da campanha em 2010: para dar continuidade e aprofundar as conquistas do governo Lula, é necessário mais força política e são necessários mais recursos à disposição do Estado: reforma política, democratização da comunicação e reforma tributária. Portanto, é preciso mais enfrentamento político e ideológico, com o grande capital privado, com a grande mídia e com os partidos de direita. Assim como é necessário mais partido e mais luta social.

Os desafios do governo Dilma não devem ser visto como econômicos, nem como restritos ao crescimento do país. Defendemos outro modelo de desenvolvimento, que supõe criar as condições para reformas estruturais, articuladas ao aprofundamento da democracia e da integração.

A reforma tributária ganha uma urgência cada vez maior. Para que o Estado brasileiro possa resgatar parte da dívida social, ao mesmo tempo que enfrenta a herança maldita da desestruturação neoliberal, faz-se necessário colocar a serviço da sociedade parte das imensas riquezas acumuladas por setores minoritários.

Sem isto, sem uma reforma tributária baseada no princípio da progressividade e que grave as grandes fortunas, inclusive sem o fim da infame Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado não disporá dos recursos necessários para financiar adequadamente o Sistema Único de Saúde; para realizar uma revolução educacional; para executar a reforma agrária e a reforma urbana.

O enfrentamento da corrupção também ganha relevo. A superação de um problema sistêmico exige medidas também sistêmicas, cujo núcleo está na reforma política e na reforma do Estado. Um Estado aberto ao controle social e a participação popular; e um sistema político-eleitoral livre do financiamento privado da política.

Estas reformas institucionais devem ser acompanhadas da mais profunda democratização da comunicação. As mudanças tecnológicas e a convergência de mídias precisam ser acompanhadas de medidas que ampliem o acesso, quebrem monopólios e garantam efetiva pluralidade de conteúdos.

No seu 4º Congresso Nacional, o PT deve estar ciente de que tem diante de si desafios históricos de imensa magnitude. Trata-se de consolidar um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, integrar a América Latina, enfrentar as turbulências provocadas pela grande crise internacional do capitalismo neoliberal e construir um caminho para o socialismo. Certamente, de tédio não sofreremos.

Os editores

Em setembro, Palestina

Neste mês, a ONU recebe pedido formal para reconhecimento da Palestina como Estado soberano

*Iole Iliada**

O presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, deverá solicitar o reconhecimento da Palestina como Estado e membro pleno da ONU na reunião da Assembléia Geral que ocorrerá agora no mês de setembro.

É importante lembrar que muitos países já reconheceram a Palestina como Estado independente, inclusive o Brasil, a partir de uma decisão do governo Lula. A posição brasileira, aliás, foi seguida pela quase totalidade dos países da América do Sul.

O significado político desse pedido formal à ONU para a histórica luta do povo palestino pelo direito a um território contínuo e a um Estado soberano não deve ser subestimado, sobretudo por oferecer uma pauta concreta em torno da qual mobilizar o apoio e a solidariedade internacionais.

Esse apoio e essa solidariedade nunca faltaram ao PT, e não devem faltar agora. Por isso, o PT está participando ativamente, ao lado de PCdoB, PSB e PPL -- além de vários movimentos sociais e entidades de apoio aos árabes e palestinos -- , da campanha "Estado da Palestina Já! Justiça, Paz e Liberdade", que busca mobilizar a sociedade brasileira em apoio ao importante pleito daquele povo.

É fundamental que os militantes e dirigentes do PT e dos movimentos sociais se engajem nessa campanha, reafirmando mais uma vez a dimensão internacionalista da nossa luta.★

***Iole Iliada** é secretária de relações internacionais do PT

Comissão de ética

O Congresso da Articulação de Esquerda elegeu a comissão de ética nacional, composta por Eleandra Raquel Koch, Rodrigo César e Wagner Lino (fotos). Segundo o regimento interno da AE, a Comissão de Ética tem como atribuição receber reclamações e denúncias, investigar acusações e propor medidas relativas aos casos de infração à ética dos militantes da AE. As direções da tendência, em todos os níveis, só apreciarão casos de infração à ética com base em parecer prévio das respectivas comissões de ética.

Eleandra Raquel

Rodrigo César

Wagner Lino

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Ana Affonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), José Gilderlei (RN), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Jairo Rocha (MT), Joel Almeida (SE), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Valquer edmawalker@gmail.com
Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

A crise nos Estados Unidos e Europa

*Wladimir Pomar**

Em geral, a direita diferencia a crise norte-americana da crise européia. A crise dos EUA teria começado pelas loucuras do sistema financeiro, só agora atingindo a capacidade de financiamento do Estado. A crise da Europa, por seu turno, seria uma crise de financiamento do Estado, com desdobramentos financeiros e produtivos. A conclusão lógica é que o problema dos EUA e da UE reside nos programas de bem-estar social.

A esquerda, em geral, deduz que estamos diante de uma crise sistêmica, que coloca a humanidade diante da mais grave crise de sua história. Ela diferiria das anteriores, por ser global, em todos os aspectos. Nessas condições, a crise do núcleo central do capitalismo tenderia a se agravar, despejando parte de seus custos sobre as economias periféricas e dependentes.

Embora apontem aspectos reais da crise atual, essas análises omitem questões relevantes. Em primeiro lugar, a crise econômica ainda não é global, embora a "marola" deva bater na praia de todos os países. Nos EUA ela atingiu o sistema financeiro, as empresas e corporações que procuravam altas taxas médias de lucro através da especulação, e as empresas voltadas principalmente para o mercado doméstico.

Mas as corporações capitalistas norte-americanas, que segmentaram suas operações produtivas por países emergentes, sofreram pouco ou nada. Foram os sistemas produtivo e financeiro internos que desabaram por incapacidade de realização. Sinal de que a crise norte-americana possui um forte componente de superprodução interna, ou de incapacidade de poder aquisitivo da massa de sua população.

A crise do Estado norte-americano, por outro lado, está relacionada, fundamentalmente, com a indústria bélica, e não com programas sociais. As guerras, que nas crises do passado salvaram os EUA, promovendo lucros não só para a indústria de armas, mas também para toda a economia e para o próprio Estado, parece haver se transformado em seu contrário. Ainda produzem altos lucros para a indústria bélica, mas não reavivam a economia, e se tornaram um saco sem fundo para o Estado, por onde somem trilhões de dólares.

A Europa, antes da atual crise de financiamento dos Estados nacionais, já vivia profunda crise de realização produtiva. Ela demorou a acompanhar a crise dos EUA porque não estava tão comprometida com os custos bélicos. E também porque a reação popular às políticas neoliberais obrigava os Estados nacionais a implementar programas sociais que mascaravam a crise de realização. Essa ambigüidade parece ter chegado ao fim, seja através de quebras no sistema financeiro, seja de enfraquecendo os Estados nacionais.

Os governos europeus e dos EUA parecem incapazes de adotar as únicas políticas que poderiam evitar o aprofundamento da crise e dar novo fôlego a suas economias. Isto é, taxar fortemente os ricos e utilizar os recursos para reconstruir a infra-estrutura, gerar empregos e criar novas condições de realização para suas industrias locais. Nada muito diferente do que Roosevelt fez com o New Deal, na crise dos anos 1930.

De qualquer modo, as corporações capitalistas européias, que adotaram a segmentação da produção por vários países, também estão muito bem, como suas congêneres norte-americanas. Isto pode significar que as economias dos países emergentes, capitalistas e socialistas, já alcançaram uma alta capacidade de realização produtiva e talvez evitem que a *tsunami* econômica, com epicentro nos EUA e na Europa, chegue de forma destrutiva a seus territórios.

No entanto, a crise pode causar estragos de vulto nesses países. Em 2008, a maior parte das indústrias chinesas voltadas exclusivamente para as exportações teve que fechar as portas, gerando 20 milhões de desempregados. E vários ramos da indústria brasileira, cujos mercados principais eram os EUA e a Europa, tiveram que reduzir sua produção, ou paralisá-la.

A economia brasileira, por seu lado, cresce a ritmos abaixo do necessário para suportar o crescimento da demanda propiciada pelos programas sociais. Também falta um plano consistente de adensamento das cadeias produtivas industriais, que permita não só um programa seletivo de importação de bens de capitais, mas também de atração de investimentos estrangeiros diretos.

O maior volume de investimentos estrangeiros está voltado para a especulação financeira, propiciada pelos altos juros. Estes permitem lucros exorbitantes aos bancos e rentistas, mas impedem maiores investimentos na produção. E a dependência do sucesso de nossa balança comercial às *commodities* agrícolas e minerais pode trazer problemas de curto prazo, se os preços dessas mercadorias despencarem.

As medidas do Plano Brasil Maior, desonerando as empresas de obrigações tributárias, podem contribuir para elevar a competitividade dos produtos brasileiros, mas reduzem a capacidade de investimento do Estado, e não são capazes de sustentar a competição de longo prazo. E os investimentos de 500 bilhões de reais, até 2014, através do BNDES, estão longe de suprir as necessidades da industrialização brasileira, seja para elevar a oferta de bens e serviços, seja para disputar os mercados interno e externo.

Para proteger o Brasil da crise internacional, além dos planos de industrialização, o governo talvez tenha que ser mais audacioso para resolver os problemas do câmbio, dos juros e do papel das estatais. Estes são os instrumentos fundamentais para reforçar o mercado interno e blindar o país das ondas destrutivas da crise internacional.

Por fim, o Brasil e os demais países do mundo não enfrentarão apenas o problema da crise econômica. O centro do capitalismo mundial também está afundando numa crise política perigosa. Boa parte dos partidos socialistas europeus guinou para o social-liberalismo. Partidos de direita conquistaram vitórias eleitorais em vários países europeus. E, tanto na Europa quanto nos EUA, emergiram correntes políticas nacionalistas extremadas, para-fascistas. O atentado de Oslo é apenas um sinal pálido do que pode estar por vir. Tudo isso indica que, politicamente, o mundo está se aproximando de uma situação idêntica à dos anos 1920 e 1930, que desembocou na segunda guerra mundial.

O problema da atualidade, como demonstraram as guerras do Afeganistão e do Iraque, é que novas corridas imperialistas, em qualquer região do mundo, cogitando formas renovadas de colonialismo, parecem estar fadadas a acelerar a falência dos países capitalistas avançados. Diante de tal condição, aventuras bélicas, como as propugnadas pelo terrorista de Oslo e pelos fascistas do Tea Party, tenderão a ser extremamente destrutivas para toda a humanidade. Talvez tenha chegado a hora do governo brasileiro e da esquerda pensarem seriamente a respeito dessa questão.

Neste cenário, o ponto de segurança — a partir do qual nenhum país conseguiu evitar um pesadelo fascista completo — pode ter passado quando acordarmos no dia 3 de novembro. A partir disso, o resto vai acontecer em agonizante câmera lenta; e o caráter do resto desta década vai depender inteiramente de se os corporatistas, militaristas ou teocratas conseguirão ou não o controle do regime emergente.★

***Wladimir Pomar** é militante do PT-RJ

OPINIÃO

Sem pressão não haverá reforma

*Ana Rita**

Tenho afirmado há alguns meses o quanto a reforma do sistema político eleitoral é importante para o avanço da democracia brasileira.

Já apresentei vários pontos que o nosso mandato tem se debruçado e dentre estes tenho destacado quatro que considero fundamentais a serem aprovados nesta reforma: o financiamento público eleitoral, o voto em lista preordenada, o fim das coligações proporcionais e a paridade de gênero nas listas partidárias.

Na última edição do Página 13 afirmei no artigo: "Patinando no Senado" as dificuldades encontradas no Senado para aprovar uma reforma que se traduza em fortalecimento dos partidos políticos, ampliação da participação popular, através da adoção de mecanismos que possibilitem o exercício de democracia direta; maior equilíbrio econômico nas disputas eleitorais e maior representatividade dos mais variados segmentos sociais do País nos espaços de poderes.

Afirmei neste artigo que apesar de termos aprovados boas proposituras na Comissão Especial da Reforma Política do Senado, já na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) os resultados tem sido bastante negativos, revelando o nível de conservadorismo da Casa e o eminente risco de retrocesso.

Na Câmara Federal, o relatório divulgado pelo deputado Henrique Fontana (PT-RS), demonstra o grau de dificuldades. Tendo em vista uma correlação de forças bastante desfavorável naquela Casa, o relator apresentou um relatório abaixo da pauta mínima defendida pelo PT em seus terceiro e quarto Congressos. É claro que o relator considerou o conservadorismo presente no Congresso, porém, o preocupante, é que será a partir deste relatório que se dará as negociações, que ao fim e ao cabo, tendem, no transcorrer do rito parlamentar, sofrer mais concessões.

Somado a este contexto, percebemos que apesar das decisões tomadas pelo PT que afirmam a importância da reforma política, e conclama para uma campanha nacional, ela ainda não se transformou de fato em agenda prioritária do Partido pelos 'quatro cantos' deste País. A agenda que está na cabeça e consome boa parte da energia da grande maioria dos nossos dirigentes se concentra nas próximas eleições.

De fato, a reforma política ainda não se transformou, com a força suficiente, em agenda política das organizações partidárias e sociais populares. Imaginem então do conjunto da sociedade brasileira! Caso continue dependente quase que exclusivamente de maioria congressual, ela tende, fortemente, a encalhar ou a realizar mudanças pífias. Por outro lado, se por ventura venha a aprovar mudanças significativas, corre-se um sério risco delas se materializarem em retrocesso à democracia brasileira.

Para uma organização partidária de esquerda como o PT, a reforma política é essencial. No atual modelo político eleitoral, ele se defrontará cada vez mais com o seguinte horizonte: para não perder sua competitividade eleitoral e a sua forte presença institucional, é levado a assimilar progressivamente os mecanismos da política tradicional, diluindo as suas características de Partido de classe, de lutas e de mudanças. ★

***Ana Rita** é senadora da República e integrou a Comissão Especial da Reforma Política no Senado Federal

OPINIÃO

Coragem e investimentos

*Claudio Vereza**

A imprensa cobre os escândalos de corrupção com um afã que dá a impressão de que o Brasil é o país mais corrupto do mundo. Então, nos últimos dias, a cobertura dos fatos envolvendo os Ministérios dos Transportes e do Turismo faz parecer que no Brasil prevalece a famosa "lei de Gerson" de "levar vantagem em tudo". Ou então, que o Brasil já nasceu corrupto por receber aqui os "degredados" de Portugal.

A corrupção não é um fenômeno inerente à sociedade brasileira. É, historicamente, um mal global, presente em todas as nações, tanto no setor público como em empresas privadas. Até onde a lei é bastante severa, como na Inglaterra que em 2010 adotou o Bribery Act, lei que aperta ainda mais o cinto contra negócios obscuros e condutas escusas.

A corrupção no Brasil não aumentou: o que aumentou sim foi a faxina iniciada com Lula e que ganhou ousadia com Dilma; foi a transparência no uso dos recursos públicos, o aparelhamento e a qualificação das instituições responsáveis pela apuração dos fatos, como a Polícia Federal e o Ministério Público.

Tanto que no ranking 2010 dos países mais e menos corruptos do mundo, da ONG Transparência Internacional, o Brasil aparece em posição melhor do que em anos anteriores.

Se há corruptos é porque há corruptores, buscando suas favas onde deve prevalecer apenas o interesse público e coletivo. Combater a corrupção, assim como combater qualquer outro tipo de crime, exige coragem, determinação e vontade política, mas também a participação e o controle social.

O Espírito Santo vivenciou esta realidade, num período em que figurava para o restante do país como Estado sem lei, terra de ninguém. Durante a década de 90, o crime organizado dominou governos e instituições, o aparato policial, se apropriando de tal forma dos cofres públicos, que se tornou um caso emblemático da corrupção e da criminalidade do país, assemelhando-se à máfia italiana.

O que os comandantes destes esquemas, instalados principalmente na Assembléia Legislativa, não contavam era com a reação da sociedade. Antes, atuando de forma isolada, diversas entidades e lideranças políticas, partidos e igrejas, se reuniram e formaram o Fórum Permanente contra a Violência e a Impunidade - Reage Espírito Santo. Este Fórum, a partir de 99, que organizou frentes de resistência, marchas e denúncias em nível nacional, trouxe ao Estado a CPI do Narcotráfico que denunciou deputados, desembargadores, juízes e coronéis.

Livre das garras do crime organizado, as instituições se reergueram. O Estado recuperou sua capacidade de gestão e de investimentos, o legislativo abriu suas portas e revelou como eram operados e financiados os esquemas de corrupção em terras capixabas.

Não foi uma luta fácil; tanto que neste embate um juiz jovem e destemido foi assassinado e outras lideranças tiveram que andar, por muito tempo, sob proteção policial. Mas ela aconteceu e deu resultados.

Enfrentar a corrupção é uma luta permanente, que exige investimentos em tecnologia e pessoal. E que precisa ser assumida pelo povo, pois um remédio definitivo contra este mal ainda está longe de ser inventado. ★

***Claudio Vereza** é deputado estadual (PT/ES)

Celso Amorim e os desafios da Defesa

Pedro Pomar*

A entrada de Amorim abre chances de uma promissora guinada nas políticas do governo Dilma no tocante a duas questões de enorme importância: a valorização dos direitos humanos e o fim da participação brasileira na ocupação militar do Haiti

Ed Ferreira / AE

Amorim (c), durante reunião com os comandantes das Forças Armadas, no Palácio do Planalto

A posse de Celso Amorim no Ministério da Defesa pode marcar uma inflexão muito positiva, em claro contraste com as gestões anteriores. Seu antecessor Nelson Jobim foi o pior de todos os ministros que estiveram à frente dessa pasta: ajudou a fomentar crises, liderou o motim contra o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), não deu um único passo sequer para reformar as forças armadas (FFAA) e democratizá-las. Sem contar o tráfico de influência com a embaixada dos Estados Unidos, que tanto praticou, como fartamente demonstrado pelo WikiLeaks.

A entrada de Amorim abre chances de uma promissora guinada nas políticas do governo Dilma no tocante a duas questões de enorme importância: o desengajamento das FFAA tanto das operações políticas de proteção aos militares envolvidos no terrorismo de Estado no período 1964-1984, como da reprodução de ideologias reacionárias e antipopulares ("segurança nacional", "inimigo interno", anticomunismo); e o fim da participação brasileira na ocupação militar do Haiti, capitaneada formalmente pela ONU, mas liderada *de facto* pelos Estados Unidos desde o terremoto de 2010.

O novo ministro da Defesa citou ambos os temas em seu discurso de posse: defendeu "a valorização dos direitos humanos" e, no caso do Haiti, pregou diretamente a retirada das tropas brasileiras.

O Exército brasileiro vê o país ocupado como um campo de treinamento, e sua infantaria dispensa aos populares haitianos o mesmo tratamento utilizado pelas polícias militares nas nossas favelas. Neste aspecto, a presença militar brasileira no Haiti também envolve a questão dos direitos humanos. Mas a questão-chave é que a autodeterminação do povo haitiano tornou-se uma ficção.

Problemas

Em artigo anterior ("Nós e as Forças Armadas", *Página 13*, novembro de 2010), dissemos que a relação entre o governo Lula e as FFAA foi mal equacionada e que existe um cipoal de problemas que o governo de Dilma Roussef teria de resolver. Vale a pena recapitular os principais:

*__Ministério da Defesa__. "A consolidação da pasta exige a verdadeira subordinação e unificação dos comandos militares sob a liderança civil";

*__Desmilitarização__. "O controle de tráfego aéreo civil tem de ser desmilitarizado, como já ocorre em quase todos os países. Os controladores militares perseguidos e expurgados da Aeronáutica precisariam ser anistiados e reintegrados. Outros setores do Estado mantidos sem razão pelas FFAA devem passar ao controle civil";

***Abertura dos arquivos da Ditadura**. "É inadmissível que o governo continue a bancar a posição dos comandos militares de bloquear o acesso da sociedade aos documentos da repressão política";

***Punição dos crimes da Ditadura**, o que inclui mudar a posição da Advocacia Geral da União favorável à decisão do STF de anistiar torturadores;

*__Democratização das FFAA__. "As corporações militares brasileiras são profundamente antidemocráticas. Precisam ser reformadas, para que se tornem democráticas", e a "formação dos militares também deve ser profundamente revista, para que tenham acesso aos valores, princípios e conteúdos historicamente negados pelas FFAA". "A tortura deve ser definitivamente banida dos quartéis".

Desafios

Em síntese, o maior desafio que se coloca para o novo ministro é dirigir o processo de reestruturação e democratização das FFAA. Isso requer uma verdadeira reforma institucional, que inclua desde a mudança dos conteúdos lecionados nos colégios militares até a adequação dos regulamentos draconianos a uma sociedade que se pretenda democrática. E exige uma atitude diante da Comissão da Verdade completamente diversa daquela que vem sendo tomada e exibida pelos atuais altos-comandos militares.

Abrir os arquivos das três forças, fornecer todos os documentos pedidos pela justiça e pelo executivo, colaborar com as buscas dos corpos de desaparecidos políticos e (como defende o ex-ministro dos Direitos Humanos Paulo Vannucchi) pedir desculpas à sociedade brasileira pelos crimes da Ditadura Militar é o mínimo que se pode exigir das FFAA.

Só a democratização das FFAA (ou, se preferirmos, sua reestruturação em moldes democráticos) é que permitirá que se alcance a propalada *profissionalização* dos seus oficiais de carreira.

Porém, para que possam servir ao país e à população, patrulhar fronteiras, defender o território e as riquezas nacionais, as FFAA devem sim ser valorizadas e reequipadas. Neste terreno há dificuldades evidentes, em vista da escassez de recursos ditada pela política do "superávit primário". Aqui entra o complexo *affair* da compra de caças supersônicos, um negócio de bilhões de dólares que envolve uma disputa comercial (e geopolítica) entre França, Estados Unidos e Suécia. A condução a contento desse negócio dificilmente intimidará um diplomata experimentado como Celso Amorim. Mais complicado, certamente, será extirpar dos quartéis a mentalidade antidemocrática e romper com o legado ideológico e político da Ditadura Militar. ★

***Pedro Pomar** é jornalista, militante do PT

Dez anos da Comissão da Anistia, dez anos de luta por realização de justiça

Padre João
deputado federal (PT-MG)

A verdadeira justiça e democracia que almejamos só será completa quando todos aqueles que lutaram por elas forem justiçados.

O papel da Comissão de Anistia é de justamente levar aos lares brasileiros o pedido de perdão e o reconhecimento do Estado sobre os erros e atrocidades cometidas durante o regime de exceção.

São dez anos de intenso trabalho para tentar se fazer justiça àqueles que a vida deram por uma nova sociedade.

Dez anos que traz à tona o direto à memória e à verdade.

Os nossos jovens e crianças precisam saber que num passado recente o direito à liberdade era restrito e que, em nome da pseudo "segurança nacional", tudo era permitido, inclusive matar e torturar todos e todas que eram contrários a ordem estabelecida.

Entretanto, o povo se levantou, lutou e acreditou que um novo momento histórico era necessário.

E a partir disso, estamos ainda em construção da nação daqueles que tombaram sonharam. E agora cabe a nós fazer a nossa parte.

Cabe a nós termos os lutadores e lutadoras do povo como inspiração para continuar lutando. Que a força deles nos impulsione para as lutas presentes.

"Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça".

A 14ª Conferência Nacional de Saúde

*Ricardo Menezes**

Coincidindo com a vigorosa campanha popular pela aprovação das reformas de base durante o governo Jango Goulart, em 1963 realizou-se a 3ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), a primeira realizada depois da criação do Ministério da Saúde dez anos antes.

O ministro da Saúde do governo João Goulart, Wilson Fadul, ao abrir essa Conferência, apresentou um arrojado e crítico diagnóstico da organização sanitária brasileira – analisando de modo *integrado* a Saúde Pública e a rede de assistência médica individual privada e pública, ou seja, sinalizando para a necessidade de *integração* de atividades preventivas e curativas nas unidades de saúde.

Além disso, alertou que os problemas de saúde não se resolvem divorciados da realidade social, propugnou a integração dos programas de saúde no plano geral de desenvolvimento econômico, defendeu o incentivo à pesquisa visando à correta solução dos problemas peculiares ao nosso meio, tratou do estímulo à formação de pessoal técnico que atendesse a demanda dos programas assistenciais e destacou a importância do fortalecimento da indústria farmacêutica estatal em face da desnacionalização do parque farmacêutico nacional. Ao final do seu discurso o ministro assim se manifestou:

"Meus senhores: A serena convicção de que somente os povos ricos desfrutam de padrões de saúde satisfatórios e de que a pobreza e o desenvolvimento fraudam os melhores esforços para se atingir aquele objetivo, levanos a saudar no advento das reformas de base por que luta o governo do presidente João Goulart, o instrumento indispensável ao êxito da missão que nos cabe da defesa da saúde do povo brasileiro."

Pela primeira vez na nossa história um governo, e um presidente, se comprometia em investir no campo da Saúde de uma perspectiva democrático- popular.

O golpe militar de 1964 enterrou as reformas de base, junto com a pretensão de implantar-se um plano nacional de saúde assentado na solidariedade social, conforme eram concebidos pelas forças democráticas, populares, socialistas e libertárias.

Durante o Regime Militar (1964-1985) foram realizadas quatro Conferências Nacionais de Saúde – em 1967, 1975, 1977 e 1980 – cujos partícipes eram membros da burocracia sanitária.

A 7ª CNS, realizada já no contexto da abertura lenta, gradual e segura, contou com 400 participantes. Além dos quadros técnicos das burocracias estatais, bem como de outros órgãos públicos do setor saúde, também compareceram representantes do clero, parlamentares de comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A ampliação da participação nessa Conferência para além da burocracia sanitária, embora sem incorporar representantes de movimentos e entidades populares, era o sinal dos tempos – determinado pelas inseparáveis crises política e de legitimidade do Regime Militar, a da previdência social e a da política de saúde nacional.

Já no período de democratização do país, de 17 a 21 de março de 1986, realizou-se a 8ª CNS, com a participação de mais de 4.000 pessoas, dentre as quais 1.000 delegados.

O documento apresentado para aprovação em plenária era o relato consolidado de três dias de discussão, nos 135 grupos de trabalho (38 de delegados e 97 de participantes), onde foram discutidos os temas: Saúde como Direito, Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento Setorial.

Após intensa luta política e ampla mobilização social, as proposições do Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde foram incorporadas à Constituição Federal de 1988, sendo as mais marcantes o reconhecimento da saúde como direito social (Art.196) e a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, público e universal (Art. 198).

Promulgada a CF de 1988, ato contínuo, deu-se o interdito político perpetrado pelas classes dominantes e seus agentes políticos contra a implantação de um Sistema de Saúde público e universal no Brasil, gerando a implantação de uma espécie de *sistema de saúde-sombra* daquele previsto na norma constitucional, hoje, paradoxalmente, agente de inclusão social e produtor de desigualdades cada vez maiores em benefício de

Pela segunda vez na nossa história, um governo, e agora uma presidenta, se compromete em investir no campo da Saúde de uma perspectiva democrático-popular – para todos os brasileiros e todas as brasileiras.

cerca de 25% da população (que também se utilizam de diversos serviços do SUS, afora os relacionados à saúde pública que só o SUS presta) e em desfavor de aproximados 75% da população brasileira que são usuários dos serviços do SUS de qualquer natureza.

Fundamental salientar que foi na vigência do *sistema de saúde-sombra* daquele previsto na norma constitucional que transcorreram as eleições de 2010, na qual a Saúde transformou-se ineditamente em pauta relevante do debate presidencial.

Há anos considerada, em diversas pesquisas, pelos brasileiros como a principal insuficiência administrativa de governos, nas últimas eleições para a presidência da República, a então candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) reconheceu os concretos problemas de financiamento público e de gestão da Saúde, portanto, a necessidade de corrigi-los. Eleita, a presidenta Dilma Rousseff, já em seu discurso de posse, fez várias menções à Saúde, sendo mais significantes as seguintes:

"Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo. Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro. *Quero ser a presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo.* O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde. Vou usar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário. A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema."

Durante lançamento de programação voltada para a saúde da mulher e da criança, no mês de março do presente ano, a presidenta Dilma reafirmou seu compromisso com o Sistema de Saúde nacional, público e universal: "*Temos que transformar o SUS num ótimo e grande sistema de saúde. A esse compromisso eu não renunciarei*."

Ou seja, pela segunda vez na nossa história, um governo, e agora uma presidenta, se compromete em investir no campo da Saúde de uma perspectiva democrático-popular – para todos os brasileiros e todas as brasileiras.

Mas os lutadores sociais precisam estar rigorosamente atentos: atualmente, o desmonte do Sistema Único de Saúde é o principal objetivo de uma aliança entre conservadorismos de diversos matizes. A amplitude desse espectro conservador se espraia do conjunto da burguesia à subsumida indústria de equipamentos, produtos médicos e medicamentos, das empresas de planos e seguros de saúde privados a certos setores da categoria médica, dos meios de comunicação de massas à parcela das elites acadêmicas vinculadas ao mercado e entusiastas de soluções mercadistas para gerir a coisa pública, tais como: fundações de apoio em hospitais universitários estatais, organizações sociais (OS), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e terceirizações as mais diversas.

Ressalte-se que tal aliança conta com forte presença na burocracia do Estado brasileiro – nas três esferas de poder –, forte presença nos governos municipais, estaduais e com presença, aqui e acolá, no governo federal.

Nestes termos, para consolidar o SUS, o governo Dilma precisará contar com pujante apoio popular para se contrapor ao poderoso bloco de interesses que quer mercantilizar definitivamente o Sistema Único de Saúde.

A articulação de pujante apoio popular incluir transformar a 14ª Conferência Nacional de Saúde em evento massivo que venha a ser um elemento de ruptura – e sinalizador de lutas sociais – em relação à prática discursiva liberal ou socioliberal. É preciso afirmar e reafirmar: *política pública universal de saúde não se faz sem Estado e desenvolvimento social não se sustenta sem um sistema tributário progressivo, ou seja, aquele em que deve pagar mais tributo quem tem mais renda e detém mais patrimônio!*

A senha da 14ª CNS combina sobremaneira com tais elementos de ruptura: *Todos usam o SUS! SUS na seguridade social, política pública, patrimônio do povo brasileiro*.

A 14ª CNS precisa aprovar uma campanha de massas didática para demonstrar à população brasileira:

a) que o Sistema de Saúde nacional, público e universal, o SUS, embora padeça de crônico subfinanciamento, se presta à maximalização da lucratividade da rede de assistência médica, odontológica e hospitalar vinculada às operadoras de planos e seguros de saúde privados, substituindo-a na oferta dos serviços de saúde complexos e de alto custo, que as operadoras por força de contratos deveriam prestar aos seus afiliados, *sem que haja efetivo ressarcimento ao SUS pelos procedimentos realizados*;

b) a imensa renúncia fiscal que a União vem patrocinando, a partir de 1990, na Saúde em favor de estratos populacionais de renda média e alta, e

c) o impacto nocivo da denominada lei de responsabilidade fiscal sobre a organização do SUS. Ou seja: como a Saúde é campo intensivo em emprego de mão-de-obra, considerar os servidores desse campo para efeitos de cálculo da referida lei significa, na prática, introduzir elementos de sua inviabilização.

O Partido dos Trabalhadores (PT) precisa aprovar no seu IV Congresso múltipla e diversificada campanha nacional de mobilização com a finalidade de apoiar medidas necessárias ao cumprimento do compromisso assumido com o povo brasileiro pela presidenta no seu discurso de posse: "*Quero ser a presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo*". ★

---

* **Ricardo Menezes** é médico sanitarista e militante do Partido dos Trabalhadores

Ousadia, criatividade e determinação

Página 13 *entrevistou o coordenador do setorial nacional de esportes e lazer do PT, Rubens Xavier Martins, professor de educação física da Prefeitura de Diadema*

Há muita coisa a ser feita para a mudança do quadro atual, que exige políticas de estado de médio e longo prazo. Precisamos de ousadia, criatividade e determinação política.

Qual sua avaliação do Governo Lula na área de Esportes?
Um dos primeiros atos do presidente Lula em 2003, foi criar o Ministério do Esporte com três secretarias fim, contemplando três dimensões esportivas – Estudantil, de Lazer e de Alto-Rendimento – o que já sinalizava uma mudança de concepção no trato com esta temática.

Desde então, podemos listar vários avanços que se consolidaram nos dois mandatos do presidente Lula. No âmbito do Esporte de Rendimento destacamos a criação e ampliação do Programa Bolsa Atleta, inclusive, para os para-atletas. Nesta mesma dimensão não poderíamos deixar de destacar o papel decisivo do Governo Federal na realização dos Jogos Panamericanos de 2007 e na vitoriosa campanha da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Com relação ao Esporte Estudantil, a retomada dos investimentos nos Jogos Estudantis (com uma nova roupagem – Olimpíadas Escolares) e nos Jogos Universitários o Governo Federal sinalizou uma tendência importante no que diz respeito à valorização desta dimensão esportiva.

O Esporte Recreativo, ou de Lazer, teve nos dois mandatos do presidente Lula avanços ao aproveitar as experiências exitosas, no âmbito do Esporte e do Lazer, nas diversas administrações que estiveram (ou estão) sob governos do PT: Diadema, Recife, Belém, Porto Alegre etc.

Você está se referindo ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, o PELC?
Isso mesmo. O PELC é resultado do acúmulo das experiências dos governos municipais petistas, e iniciou em 2004. Na época, o então Ministro Agnelo Queiroz, autorizou a implantação do PELC em apenas 10 municípios entretanto, a força do Programa fez com que mais municípios passassem a reivindicá-lo. E mesmo com todas as limitações impostas para a ampliação do PELC, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, até recentemente comandada por companheiros do PT, conseguiu levar o Programa para quase todos os estados. Mas apesar do sucesso, ano após ano, o orçamento não cresceu, dificultando a democratização das práticas de esporte recreativo e de lazer para a população de baixa renda.

Sobre os grandes eventos esportivos, podemos considerá-los como vitórias da Política de Esporte do Brasil?
Em primeiro lugar devemos admitir que estamos longe de ter uma Política Nacional de Esporte e Lazer no Brasil. Nossos bons resultados em competições de alto rendimento expressam ilhas de excelência do Esporte Nacional e, segundo o sistema atual de distribuição de verbas da Lei Agnelo/Piva (oriundas dos prognósticos esportivos), as seleções que obtiverem melhores resultados recebem mais recursos. A persistir este modo de investimentos, o quadro ficará imutável por muito tempo. Ou seja, o voleibol, por exemplo, ganha mais competições e, portanto, terá acesso a mais recursos e em conseqüência mais condições se estruturar. Ao se estruturar melhor ganhará mais competições que o levará a ganhar mais recursos. E por aí vai...

As vitórias brasileiras no que diz respeito aos grandes eventos esportivos não são resultado de avanços de uma política nacional de esportes e sim de diversos fatores, principalmente os de ordem política e econômica e, nesse sentido, o empenho do Presidente Lula foi decisivo.

Depois de 8 anos do Governo Lula e a eleição da Dilma, você acha que o Brasil pode ocupar lugar de destaque mundial, além do Futebol?
Penso que o Brasil terá chances de medalhas olímpicas na mesma proporção que tem obtido nas competições anteriores. Importante destacar que esta não é uma visão pessimista. Ela retrata a inexistência, ainda, de uma política nacional de esporte.

Vamos pegar o exemplo da Argentina que possui muito mais atletas registrados em federações esportivas do que o Brasil. Isto ocorre porque os argentinos têm um sistema nacional de esporte que se baseia nos clubes de bairro. Há outras "escolas" de formação de atletas no mundo que se diferenciam da vizinha portenha. Cuba, EUA e China, por exemplo, têm suas bases esportivas referenciadas em seus respectivos sistemas escolares. Pois bem, e no Brasil, qual é a nossa "escola"?

Até agora, nenhuma. Nesse sentido, temos muita coisa para ser feita para a mudança do quadro atual, que exigem políticas de estado de médio e longo prazo. Precisamos de ousadia, criatividade e determinação política.

E o Setorial Nacional de Esportes do PT, qual é o balanço?
O Setorial de Esportes do PT esta organizado em 12 estados e tem uma coordenação eleita com 7 representantes de SP, DF, AM, MS,RJ,SC e PE. Temos muitos quadros do nosso Partido com competência técnica e política para contribuir para o desenvolvimento das políticas de Esporte e Lazer no Brasil. As características de um governo de coalizão e a atual conjuntura exigem dos petistas militantes, gestores e estudiosos do campo do Lazer e do Esporte, aprofundamento crítico das formulações das políticas públicas de Esporte e Lazer.

Em 2010 publicamos as Diretrizes para a Política de Esportes do PT, porém perdura no mandato da Presidenta Dilma um distanciamento dos quadros do PT no processo de processo de elaboração e de execução de políticas de Esporte e Lazer no Brasil.

Por fim, o PT precisa rever a estrutura e condições para o funcionamento dos setoriais nacionais que não dispõem de nenhum recurso para a articulação e consolidação das respectivas políticas. ★

Pensando um novo PNE junto com a sociedade

*Pedro Uczai**

Estou convencido que, para se alcançar as metas previstas, é necessário que sejam destinados mais que 7% do Produto Interno Bruto (PIB) à educação. Diante disso, comungo com os movimentos organizados da sociedade que defendem a destinação de 10% do PIB.

Neste ano a sociedade brasileira tem um grande desafio, construir o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que passará a vigorar na próxima década. Este processo é de fato uma grande responsabilidade e cabe ao Congresso Nacional propor o aprimoramento do projeto de Lei Nº 8035/10, enviado pelo Governo Federal, que desenha o rumo da educação brasileira para os próximos dez anos.

Como professor, tenho alguns questionamentos: quais as políticas públicas a serem adotadas para que, em algumas décadas, tenhamos no Brasil padrões em educação que seja inclusiva, pública, gratuita e de qualidade?

Para Dermeval Saviani (2010), construir um verdadeiro Sistema Nacional de Educação é investir em um conjunto unificado que articula todos os aspectos da educação no país inteiro, com normas comuns válidas para todo o território nacional e com procedimentos também comuns, visando assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população. É preciso prever um Sistema que não seja um mero guarda-chuva, abrigando os 27 estados da federação, o que poderia se resumir em uma mera formalidade, mantendo-se com todas as contradições, os desencontros, as imprecisões e as improvisações.

Com estas inquietações, realizamos nove seminários regionais. O momento da construção do PNE é, pois, o momento da sociedade dizer o que deve ser esse futuro. O país já conseguiu alcançar grande parte das metas de universalização do ensino fundamental, a ampliação do acesso ao ensino superior, a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a oferta do ensino médio para milhares de jovens. O governo federal também apresentou a firme disposição de expandir as redes municipais de educação infantil. Além disso, a educação indígena, de quilombolas e de populações ribeirinhas foi reconhecida com identidades especificas e também focos de atenção especial. Contudo, temos ainda um enorme caminho a ser percorrido para garantir que o acesso se transforme em aprendizagem com qualidade.

Para atingir os resultados almejados, acredito, no entanto, que ainda sejam necessárias algumas modificações no PL 8035/10. Estou convencido que, para se alcançar as metas previstas, é necessário que sejam destinados mais que 7% do Produto Interno Bruto (PIB) à educação. Diante disso, comungo com os movimentos organizados da sociedade que defendem a destinação de 10% do PIB.

Além disso, torna-se fundamental uma política nacional de formação dos profissionais da educação, garantindo a formação como momento de construção e ampliação do conhecimento, por meio da reflexão, análise e problematização do conhecimento e das soluções criadas no ato pedagógico. Para que o Piso Nacional cumpra seu requisito de valorização profissional, faz-se necessário a consolidação do Plano Nacional da Carreira do Magistério, que atenda a três pilares da carreira profissional: salário, formação e jornada. Contudo, ainda restará um quarto ponto para completar os elementos intrínsecos à valorização dos profissionais da educação: condições apropriadas de trabalho que devem constituir pauta constante das lutas nos estados e municípios.

Ao final, para que possamos contribuir para uma educação básica e superior de qualidade, faz-se necessário o diálogo franco e aberto com a sociedade. Cabe a esta mesma sociedade organizar-se para exigir que as decisões políticas futuras propiciem a igualdade de oportunidades que todos almejam.★

***Pedro Uczai** é deputado federal, membro da Comissão de Educação da Câmara federal, Deputado estadual por três legislaturas, professor universitário e autor de vários livros.

Educação Infantil: uma pauta da sociedade!

*Ana Affonso**

A Educação Infantil como preocupação de Estado é muito recente. Foi a partir da Constituição de 1988 que ela foi incorporada mas, de fato, passou a ser aplicada no Governo Lula, com programas como o PROINFANCIA do Ministério da Educação, que foi responsável pela construção de 2300 escolas e, agora, no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, projeta a construção de mais seis mil escolas no Brasil.

Aliás, outro desafio presente é o de que a criança foi, até tempos recentes, tratada como uma política de assistência social e, em função disto, foram constituídas estruturas públicas e convênios pelo Brasil afora que ainda persistem e precisam ser superados, pois de outra forma não se conseguirá agregar o processo educativo. Estamos na transição entre este modelo assistencial para o modelo educativo.

Assim, nosso mandato apresentou à Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a constituição de uma subcomissão para diagnosticar a Educação Infantil no estado. Fizemos nove audiências públicas em diversas cidades do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Ijuí, Osório, Taquara, São Leopoldo, Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e Santa Maria), nas quais tivemos a participação do Fórum Gaúcho de Educação Infantil, União dos Conselhos Municipais de Educação, União dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho Estadual de Educação, Ministério Público, TCE, universidades, prefeituras, professores e estudiosos do tema.

Destas audiências resultaram contribuições que foram agregadas a um relatório no qual propusemos a criação de uma frente parlamentar de defesa da universalização da educação infantil no RS, que continue o debate do tema em uma agenda que aprofunde questões específicas, como financiamento, o papel do professor, a estrutura das escolas, dentre outros. Mas, principalmente, traga a sociedade para esta discussão.

Nesse sentido, também pretendemos propor que os movimentos de mulheres se somem a esta ação, reforçando e abrindo frentes nos municípios para organizar a luta pela Educação Infantil, porque investir nesta questão é fundamental para o desenvolvimento do país, através da qualidade na formação educacional das crianças e na promoção da autonomia das mulheres na sociedade.★

***Ana Affonso** é deputada estadual (PT/RS)

Uma nova política de uma nova geração

Bruno Elias*

"Vocês não nos deixam sonhar. Nós não os deixaremos dormir"

O Brasil vive um momento desafiador. Ao mesmo tempo em que é palco de conquistas sociais reconhecidas pelos seus e pelo mundo, possui a maior geração de jovens de sua história: somos aproximadamente 50 milhões de brasileiros, com idade entre 15 e 29 anos.

Por muito tempo, ao se falar de juventude, era comum o recurso ao saudosismo. Em oposição aos engajados da "geração de 68", a nova geração de jovens seria apática, despolitizada e quando muito teria tido seu último suspiro político nas mobilizações estudantis do Fora Collor. Desconstituía-se, assim, não só a memória de ações reais de toda uma década, como a própria idéia de participação, organização e ação coletiva contemporânea.

Anseio por mudanças

A Geração Coca-Cola, cujos heróis "morreram de overdose" e perguntou "Que país é esse?", lutou e participou ativamente das mudanças políticas dos anos seguintes. Nas eleições, votou em sua maioria pela mudança em 2002 e por sua continuidade em 2006 e 2010. De estatística das desigualdades sociais nas décadas perdidas passaram a ser alcançados pelas políticas sociais e pelo crescimento econômico dos últimos anos.

É com este país em mudança que uma nova geração de jovens entra em cena. Contrariando o senso comum de certos formadores de opinião e meios de comunicação, a estabilidade democrática e as novas tecnologias potencializaram novas formas de participação da juventude. Conectada ao mundo a partir da internet, percebemos nas redes sociais, na ação comunitária ou nas marchas libertárias dos últimos meses, uma atuação coletiva cada vez mais diversificada.

Batalhando no trabalho e nos estudos, a atual geração de jovens é otimista em relação ao país, mas quer muito mais. Vivendo uma fase da vida em que o indivíduo processa de maneira intensa seus conflitos, decisões e sua inserção na vida social, os jovens estão cada vez mais atraídos por novas bandeiras. Tendo parte da agenda de inclusão social atendida pelos avanços dos últimos anos, ganham força as reivindicações ligadas à liberdade, autonomia e experimentação.

A atual geração de jovens é otimista em relação ao país, mas quer muito mais.

A compreensão do jovem como sujeito político do presente, capaz de participar da renovação do projeto político dos partidos, permanece como um grande desafio.

Parte importante desta juventude já não se enxerga no jeito "tradicional" de fazer política. Contando com poucos representantes nos espaços de poder e atenta às denúncias de corrupção, deseja mais do que ações pontuais contra malfeitos com a coisa pública. O anseio é por mudanças mais profundas, algo que um grande debate público sobre a reforma política – para além dos gabinetes dos beneficiados pelo atual modelo - poderia mobilizar.

Entre os próprios partidos políticos, são poucos os que levam o tema juventude a sério. Quando não são tratados como meros tarefeiros, a visão dominante e instrumental encara a juventude como "celeiro de quadros", a serem formados para o futuro. A compreensão do jovem como sujeito político do presente, capaz de participar da renovação do projeto político dos partidos, permanece como um grande desafio.

Novas redes

Um partido como o PT, por exemplo, não entende porque tem quase 30% da preferência do eleitorado, mas perde apoio nas novas gerações. O fato é que para grande parte dos jovens, o partido já é visto como igual aos demais partidos tradicionais. A crescente institucionalização, o refluxo do debate ideológico e a ausência de discurso e diálogo com as novas redes da juventude reforçam este estigma.

Querendo ou não, os partidos políticos serão chamados a fazer esse debate nos próximos anos. Nas próximas disputas eleitorais, a mera estratégia de comparar os governos petistas com os governos tucanos, apesar de importante, não será suficiente. Aos jovens será fundamental que os partidos apresentem uma agenda de conquistas e mudanças para o futuro, já que muitos pela idade não vivenciaram com tanta nitidez o contraste entre um e outro modo de governar.

Ao ser fundado, o PT promoveu um grande encontro entre a geração de jovens que lutou contra a ditadura e a jovem classe operária presente nas mobilizações da década de 1970 e 1980. É hora do PT surpreender mais uma vez, apostando nas suas novas gerações e na afirmação de um projeto democrático e popular que ganhe corações e mentes da juventude. ★

Bruno Elias (@_brunoelias) é estudante de Serviço Social da Universidade de Brasília e Coordenador de Relações Internacionais da Juventude do PT

RECONQUISTAR A UNE

De 13 a 17 de Julho, na cidade de Goiânia-GO, ocorreu o 52º Congresso da União Nacional dos Estudantes - CONUNE. Com a disposição de debater os principais temas que hoje estão na pauta do movimento estudantil nacional, mais de 7 mil estudantes de todo o país compareceram ao congresso.

A Reconquistar a UNE é uma tese para o Congresso da UNE impulsionada pela Juventude da Articulação de Esquerda - corrente interna da esquerda do PT - e por centenas de jovens que compartilham dos mesmos princípios de um movimento estudantil autônomo em relação à governos e reitorias, democrático e de lutas.

No 52º CONUNE nos reafirmamos como um alternativa tanto ao imobilismo do campo majoritário da UNE, quanto às inconseqüências dos setores que confundem o papel do movimento com o papel do partido e se organizam, sobretudo para fazer oposição ao Governo Federal.

Somos, portanto, daqueles que querem empurrar o movimento para frente, em torno das pautas que agregam os estudantes para organizar as lutas desde as universidades. Entendemos que é papel da UNE pressionar os governos por direitos e propor um projeto de universidade democrática e popular junto ás e aos estudantes. Defendemos uma UNE de lutas, enraizada nas universidades, voz e vez dos estudantes do Brasil.

Como uma tese de oposição à direção majoritária, a JAE/Reconquistar a UNE caminha num sentido muito claro: construir, no conjunto das universidades brasileiras, um movimento estudantil democrático e de lutas que seja uma alternativa de direção para a UNE. O 52º CONUNE, infelizmente, não ofereceu as condições para que os grandes debates acontecessem. O condomínio do campo majoritário, mesmo com ampla maioria dos delegados, não se preocupou em garantir a realização das mesas e espaços de discussão.

Para garantir o debate, a JAE/Reconquistar a UNE realizou debates internos, onde os diversos Estados tiveram a oportunidade de dialogar; conhecer a realidade das Universidades brasileiras em que militantes da JAE estão presentes; pôr em discussão os temas que estão na pauta do dia, como a legalização do aborto, descriminalização da maconha, criação da cartilha contra a homofobia e os prejuízos do novo código florestal.

Mas além dos debates internos, fundamentais para garantir ao conjunto dos participantes o conhecimento das bandeiras que a JAE/Reconquistar defende, também fomos às ruas. Realizamos uma imensa marcha finalizada com um grande ato **contra as mudanças no código florestal**. Gritamos para que toda a

Goiânia ouvisse que somos contra a proposta da bancada ruralista, relatada por Aldo Rebelo (PCdoB), que anistia desmatadores e garante a hegemonia do agronegócio e do capital financeiro em detrimento da agricultura familiar.

Marcamos presença também na Marcha da Maconha, defendendo uma nova política nacional de drogas, que não seja marcada pela extrema violência policial e pelo extermínio da população jovem, pobre e negra, decorrente da atual política de combate ao tráfico.

Sem dúvida alguma, os estudantes que foram ao CONUNE e tiveram contato com a militância e a tese da JAE/Reconquistar a UNE sabem reconhecer nossa política. Fomos firmes na defesa de nossas idéias e no combate as práticas que a UJS/PCdoB reproduzem junto a seus aliados na direção da UNE. Votamos e apresentamos resoluções próprias sobre Educação, Conjuntura e Movimento Estudantil, sem fazer nenhuma concessão.

Não caímos no discurso do adesismo governista, nem nas incoerências do esquerdismo. São três os motivos centrais que nos levam a esta opinião: 1) cabe aos movimentos sociais lutar autônoma e afirmativamente por suas reivindicações, e não construir sua intervenção centralmente com base na avaliação das correções ou equívocos de governos; 2) a melhor maneira de garantir a consolidação dos avanços até agora conquistados é fortalecer a ofensiva em torno de um programa popular e democrático; 3) a superação da atual correlação de forças não passa pela derrota do governo federal e do campo de esquerda que o apóia, mas pelo combate aos setores conservadores e reacionários que estão dentro e fora do governo.

Por isto, reafirmamos o socialismo como nosso objetivo estratégico e a importância da UNE como instrumento de todos os estudantes que deve estar a serviço das transformações do país. Sem esquecer do compromisso estratégico com os setores que construíram o PT e os setores populares que disputam, pela esquerda, a hegemonia da sociedade.

No que depender de nós, o próximo período será marcado por intensas mobilizações e disputas. A JAE/Reconquistar a UNE está pronta para ir às ruas, ocupar as reitorias e DCE's, fazer a luta junto, lado a lado, com cada estudante brasileiro, na defesa permanente de uma Universidade Pública, Democrática e Popular. Todavia, o cenário político resultante do Congresso da UNE, aponta para um horizonte sem mudanças estruturais na entidade. O condomínio do campo majoritário foi reforçado pela entrada de novas organizações e ao mesmo tempo se mantém a divisão dos blocos de oposição. Desta maneira, a disputa pelos rumos da UNE no próximo período volta a ser travada na outra arena, a base do movimento estudantil.

Nesta arena a Reconquistar a UNE tem obtido um saldo positivo. Obtivemos vitórias importantes no decorrer do último período, que garantiram nossa intervenção/participação em diversas lutas por todo o Brasil. Este crescimento significativo é resultado do esforço que o conjunto da Juventude da Articulação de Esquerda faz pelo movimento estudantil, mas principalmente, pela referência que a política da JAE construiu ao longo de sua história.

Está linha política historicamente defendida pela Reconquistar foi oxigenada com o I Congresso Nacional da Articulação de Esquerda. Com a realização dos debates, os e as militantes da AE aprofundaram o programa da corrente, estabeleceram as diretrizes para o próximo período e definiram uma agenda positiva para a juventude. Nesta agenda, a Reconquistar a UNE desempenha um papel fundamental, sendo o principal meio de diálogo e ação da AE com o conjunto da juventude universitária.

Este manifesto traduz, em linhas gerais, o tom e o nível de compromisso e responsabilidade que possuímos com o movimento estudantil. Mas principalmente, vem para reafirmar que ao longo do próximo período, A Reconquistar a UNE manterá seus objetivos estratégicos e a defesa permanente de sua história.

Assim estaremos fortes na luta pelos 10 % do PIB para educação; por um Plano Nacional de Educação que esteja a serviço da classe trabalhadora brasileira; por uma verdadeira política de assistência que seja tratada enquanto direito, e não "favor"; pela educação integral onde a extensão é a base do tripé das universidades. Não serão aqueles setores dos acordões com os governos e reitorias, nem aqueles mais preocupados com a autoconstrução dos seus partidos que elevarão o tom das lutas estudantis pela democratização das universidades, por acesso e permanência para tod@s, por mais direitos estudantis, pela defesa das cotas raciais, no combate às opressões gênero, raça, etnia, sexualidade e pela legalização da maconha.

A boa luta nos espera: tomaremos conta das universidades brasileiras! ★

ESTUDANTES

Rumos e luta da FEAB

*Felipe Ricardo Godoi Jasinski**

> A FEAB se consolida enquanto entidade representativa máxima dos estudantes de Agronomia do Brasil

Em 1972, durante a ditadura militar, surge uma das executivas de curso mais importantes da história de nosso país: a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), tendo como marco inicial o 15º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia-CONEA realizado em Santa Maria/RS.

A FEAB se consolida enquanto entidade representativa máxima dos estudantes de Agronomia do Brasil, além de ser fundamental no processo de reconstrução da UNE.

Foi a FEAB que lutou e conseguiu garantir o fim da Lei do Boi (50% das vagas de agronomia eram destinadas a filhos de fazendeiros). Se inseriu fortemente no debate do receituário agronômico, que permite a utilização de agrotóxicos apenas com aval de profissional apto à isso. Foi uma das entidades cruciais na contraposição a lógica imposta pela "Revolução verde".

Destacamos, ainda, os Estágios Interdisciplinares de Vivências, realizados em áreas de reforma agrária, atividade que deu à FEAB o prêmio de "Ação de Destaque da Juventude da América Latina" da UNESCO. Aprofundamos a relação com os demais movimentos sociais organizados, possibilitando a integração à Via campesina, sendo assim a primeira entidade estudantil nessa construção. Fortificamos o debate de uma alternativa à lógica do modo de produção da sociedade, culminando na deliberação do objetivo estratégico da FEAB, o socialismo.

Durante anos as executivas de curso foram os principais espaços de oposição real a direção majoritária da UNE. Puxamos muitas lutas que mobilizaram o conjunto dos estudantes, como a marcha contra essa reforma universitária, e as lutas em conjunto com as organizações dos trabalhadores brasileiros.

Talvez a FEAB seja um dos lugares onde mais conseguimos construir uma estrutura organizativa de entidade estudantil democrática, embora com limites e debilidades. Possuímos uma estrutura de coordenações, onde os núcleos, ou as escolas como chamamos assumem as instâncias. Nossos encontros dão conta de exaustivos debates democráticos. A disputa de rumos da FEAB passa necessariamente pela sua construção coletiva.

Depois da eleição de Lula, muitos petistas que militavam na FEAB optaram por outros instrumentos, a exemplo do PSOL e da Consulta Popular. Esses fatores e a confusão de conceitos sobre governo, partido e movimentos sociais, fizeram com que a militância do PT adotasse em muitos momentos posturas defensivas frente ao crescimento esquerdista.

Foi assim em 2007, quando a executiva da FEAB tira o indicativo de ruptura com a UNE, e em 2008 rompe de fato, caracterizando uma vitória da ala esquerdista naquele momento.

Os anos passaram e o momento que vivemos hoje é outro. Recentemente, passamos por mais um congresso, onde travamos importantes debates sobre os rumos do movimento estudantil, do campo brasileiro, da Amazônia e de nosso país como um todo. Elegemos uma nova direção da FEAB, onde a militância da JAE tem importante participação, em todas as esferas. Esperamos dar nossa contribuição para que aumente a mobilização dos estudantes de agronomia no Brasil, que de uma guinada positiva na organicidade do movimento estudantil geral, que amplie nossas relações com os movimentos sociais, que coloque na ordem do dia a construção de uma universidade democrática e popular. ★

***Felipe Ricardo Godoi Jasinski** foi da Coordenação Nacional da FEAB em 2009/2010

MEMÓRIA

Uma perda para a esquerda brasileira

No último dia 7 de agosto de 2011, a esquerda brasileira, especialmente a fluminense, perdeu um de seus mais bem humorados militantes. O companheiro **Flávio Loureiro**, era jornalista, foi fundador do Partido dos Trabalhadores. Dirigiu a Secretaria Geral e de Assuntos Institucionais do PT do Rio de Janeiro.

Socialista, ingressou na Articulação de Esquerda no final dos anos 90, sendo membro de várias direções estaduais e da direção nacional. Foi editor do jornal Página 13.

Trabalhou nos jornais dos sindicatos dos arquitetos, metalúrgicos, metroviários; criou e organizou o jornal da Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu; foi editor do jornal Público do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, Sintrasef. Atuou como jornalista, também, na Bloch Editora e no Jornal do Comércio.

Atualmente era chefe de gabinete da deputada estadual Inês Pandeló (RJ).

Como ele mesmo definia em seu blog – Blog do Flavio Loureiro – é "pai de um lindo casal de filhos, avô, um apaixonado integrante da nação rubro negra e um observador atento do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira". Seguramente, com a sua partida, a esquerda ficará menos festiva e aguerrida.

É Flávio, seus textos, suas dicas, o seu companheirismo, e o seu jeitão bem humorado, vão nos fazer falta!

E, como já foi dito em algum lugar: Ao Flávio, que gosta de samba e é da torcida do Flamengo, aquele abraço!

Direção Nacional da Articulação de Esquerda

Flávio Loureiro

Uma questão de direitos

Coordenadora do Setorial de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do PT e de Políticas para a Diversidade Sexual da Prefeitura de Vitória, no Estado do Espírito Santo, **Leyse Cruz** afirma que o Congresso Nacional demonstra nitidamente que a esfera política nunca conseguiu ser laica. "O Parlamento brasileiro se recusa a assumir a pauta LGBT como uma questão de direitos. A sociedade produz preconceitos e violência. O Parlamento precisa assumir sua responsabilidade neste processo", diz.

Segundo ela, a manutenção e aplicação da união civil entre casais do mesmo sexo é um bom exemplo do atraso do Parlamento em criar leis que garantam e assegurem direitos aos LGBTs e a união civil, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ainda, é um dos desafios do movimento para o próximo período.

"A união estável, mesmo com a decisão do STF, anda encontrando resistência de juízes e dos movimentos mais conservadores da sociedade", diz. Outro desafio do movimento, afirma Leyse, é a incorporação de políticas públicas para a cidadania LGBT por prefeituras e governos estaduais. Na pauta do movimento, informa, outro item importante é o projeto de lei 122/06, que trata da criminalização da homofobia. O projeto encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). Integrantes do colegiado tentaram votar a proposta, em maio deste ano, mas diante da pressão de parlamentares conservadores e evangélicos, a senadora Marta Suplicy (PT-SP), relatora da matéria, acabou por retirar o PL da pauta.

Cientista Social e filiada ao PT desde 2001, Leyse iniciou a militância política em atividades da associação de moradores de Laranjeiras, sendo eleita, posteriormente para a direção da entidade. O envolvimento com o movimento LGBT no Espírito Santo aconteceu quando assessorava o deputado estadual Claudio Vereza (PT).

"Por meio do mandato, conseguimos instituir a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT onde conheci alguns militantes e comecei a participar das reuniões e das atividades do movimento capixaba LGBT",conta.

Na AE desde 2005, Leyse foi recém-eleita para a Direção nacional da tendência. Confira a seguir os principais trechos da entrevista concedida por ela **ao Página 13**.

Como foi que decidiu integrar uma corrente de esquerda e socialista?

Fazer parte de uma corrente de esquerda primeiramente é possuir uma ideologia próxima com as teorias clássicas da luta de classe, do socialismo e da defesa da revolução social como instrumento de emancipação humana e

a permanência nesta corrente transcorre pela manutenção de sua linha política, das defesas que históricamente estiveram presente nos discursos, nos textos e nas diretrizes da AE ao longo destes 18 anos

Como vê as ações e propostas do PT para os LGBTs?

O debate LGBT no PT ainda é um assunto novo, periférico em relação à agenda partidária e em relação a outros movimentos que historicamente foram sendo incorporados pelas políticas do Partido. O PT tirou alguns apontamentos mais substanciais no último congresso e teve como marco a realização dos encontros setoriais LGBT em mais de dez estados, resultando na constituição da setorial LGBT nacional e na produção de documentos estadual e nacional de campanha apresentando ações do governo Lula em prol da diversidade sexual.

Quais as principais pautas e bandeiras do movimento LGBT?

As bandeiras de lutas são diversas em relação às realidades políticas do movimento em cada estado. Mas podemos ter como foco nacional o debate, o acompanhamento e as ações em prol da aprovação da PLC 122/ 06, que tende a ser uma vitória simbólica e jurídica na luta contra a impunidade e contra a discriminação.

Quais os principais desafios do movimento para o próximo período?

Os desafios para o próximo período, para o movimento LGBT, têm relação com a manutenção e a aplicabilidade de algumas vitórias obtidas como, por exemplo, o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo pelo STF, que anda encontrando resistência de juízes e dos movimentos mais conservadores da sociedade. Um dos desafios é, também, a incorporação de políticas públicas para a cidadania LGBT nas prefeituras e nos governos estaduais.

"Os desafios para o próximo período, para o movimento LGBT, têm relação com a manutenção e a aplicabilidade de algumas vitórias obtidas como, por exemplo, o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo pelo STF"

No Espírito Santo você integra o setorial LGBT. Quais as reivindicações específicas do Estado e como você vê o movimento no ES?

O movimento no ES caminha na linha da organicidade presentes em outros estados, é um movimento que tenta construir uma agenda anual de ações e neste período, anda ajudando a realização das conferencia municipais LGBT.

No Congresso Nacional, boa parte da bancada capixaba não se alinha a pauta do movimento. Como o movimento tem atuado para quebrar essas resistências e avançar no convencimento aos parlamentares?

O Congresso Nacional demonstra nitidamente que a esfera política nunca conseguiu ser laica, e que os papéis e direitos se misturam, entre o que é a esfera privada das crenças religiosas e o que é a esfera pública de um parlamento que precisa produzir matérias legislativas para toda a diversidade brasileira. Boa parte da bancada capixaba caminha na linha do pouco diálogo político, na recusa em assumir que a pauta LGBT é uma questão de direitos, que a sociedade produz preconceitos e violência, que o parlamento precisa assumir sua responsabilidade neste processo.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres desenvolve ações voltadas às lésbicas. Poderia citar programas que beneficiam o movimento e a importância deles para a luta LGBT?

A SPM registrou uma conquista histórica neste ano, quando lançou o edital prevendo recursos para projetos na área da cidadania e no enfrentamento a homofobia. Mas é inegável que a conquista se deu pela incorporação das identidades trans na agenda política da SPM. Reconhecer as transexuais e travestis como um público a ter políticas pela SPM, significa buscar a superação do aprisionamento do sexo biológico e sim, buscar compreender que a constituição do que seja feminino é muito mais amplo do que o biológico. Tínhamos a expectativa que a Conferência de Mulheres iria ser mais incisiva no reconhecimento das transexuais e travestis, mas mesmo assim foi um marco para a SPM.

Um STF muito mais negro

*Rodrigo Machado**

Entre todos os Poderes de Estado, o Judiciário é de longe o menos democrático. A escolha de desembargadores de tribunais regionais, membros das cortes superiores ou de suas respectivas presidências não conta com qualquer participação do povo. Essa circunstância afasta o judiciário em seus diversos aspectos da transparência dos gastos públicos e definições acerca do que é realmente importante.

Palácios graciosos e o excesso de formalismos na linguagem cotidiana são outros aspectos que contribuem ainda mais para um afastamento da população em face do papel da Justiça. Some-se a isso o aspecto ideológico de seus quadros, pertencentes, em regra, às camadas economicamente mais abastadas, e teremos uma noção de como pensa o Judiciário.

Entender o funcionamento desse espaço estatal ainda é matéria distante para os militantes dos movimentos sociais e atores políticos em geral. As reflexões sobre a Justiça estão presentes em pouquíssimos espaços de discussão política. Isso é um erro, uma vez que através de seus julgamentos o Estado-Juiz toma para si a decisão sobre aplicabilidade de diversos direitos centrais.

Como já demonstrado em nossa recente história democrática republicana, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem se constituído enquanto espaço central de discussões que repercutem no cotidiano dos cidadãos. Os recentes julgamentos sobre a constitucionalidade da Família Homoafetiva e da Marcha da Maconha representam positivamente pautas importantes para o avanço do debate acerca da sexualidade, liberdade de expressão e drogas. E outros temas históricos estão para o debate da corte.

Duas importantes matérias jurídicas referentes aos negros no Brasil estão em pauta no STF. A primeira delas (é) será a ADPF nº 186 que combate a política afirmativa de cotas da Universidade de Brasília. A Resolução 38/2003 do Conselho Universitário destina 20% das suas vagas para candidatos negros ou pardos. Também será apreciada pelos Ministros a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 3239 que ataca o Decreto Federal 4887/2003 e regulamenta o procedimento para titulação dos territórios quilombolas no Brasil.

Ambas as ações foram protocoladas pelos **Democratas (DEM)** e podem representar um retrocesso incrível no avanço de conquistas e reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes.

No processo sobre a política de cotas da UNB, o relator da matéria, Ministro Ricardo Lewandowski, organizou uma série de audiências públicas para debater a questão. No caso dos quilombolas, o Ministro Cesar Peluzo decidiu não realizar espaços de discussão coletiva para ouvir organizações envolvidas com o tema ou os próprios entes estatais. Os dois julgamentos representarão um marco na luta histórica do povo negro brasileiro. Não são meras ações judiciais, e sim a nossa história que estará sendo julgada.

Cansado de uma pseudo-igualdade racial que joga as diferenças econômicas para debaixo do tapete, o negro brasileiro vem enfrentando de peito aberto a discriminação sofrida em toda a sua história. A Constituição Federal de 1988 trouxe no papel a igualdade formal. Mas, para os negros não bastam apenas normas com caráter anti-discriminatório para torná-los socialmente iguais.

As ações afirmativas representam essa movimentação. Elas têm o condão de significar um passo a frente rumo a um novo extrato social e econômico. Ainda que não seja o final das desigualdades, elas representam alteração da imagem social e econômica. A distribuição universal de direitos, sem qualquer reflexão acerca das desigualdades presentes em nossa sociedade, reafirma a perpetuação dessas deformidades.

A aplicação de políticas afirmativas com as cotas e o tratamento diferenciado do reconhecimento de territórios quilombolas, trazem o reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade perante a situação dos negros no Brasil. A trilha dessas políticas busca na lei retirar o ônus de culpa desses grupos sociais. A culpa é estatal, a responsabilidade também.

O objetivo de toda política administrativa deve ser de interesse público, e o que é mais importante dentro do interesse público do que o combate às desigualdades? O papel das cotas, a reforma agrária com corte de classe e o reconhecimento histórico patrocinado pela titulação dos territórios quilombolas não significam o fim das desigualdades. O seu papel é a redução emergencial de uma desigualdade sistemática com distribuição de bens e acesso ao conhecimento.

O ordenamento jurídico estabelece a proteção diferenciada para grupos sociais minoritários na Constituição Federal. A fixação de cotas raciais e a declaração de propriedade dos territórios quilombolas não ferem o princípio da igualdade na medida em que representam distinções racionais aplicadas à realidade brasileira.

O STF terá o papel de julgar exatamente a constitucionalidade de tais distinções. Na mesa dos 11 ministros estará em discussão o futuro de milhões de estudantes e remanescentes de quilombos em nosso país. Dentro da responsabilidade devida ao Supremo, que só conta com um Ministro negro em sua composição, esperemos que aquela corte esteja coberta com o manto de nossa responsabilidade histórica e possa garantir a força da verdadeira igualdade brasileira. Esperemos um STF muito mais negro.★

O ordenamento jurídico estabelece a proteção diferenciada para grupos sociais minoritários na Constituição Federal

***Rodrigo Machado** é advogado atuante no Direito Público

MINAS GERAIS

Apostar todas as fichas em 2012

*Daniela Matos**

Em 2008, Juiz de Fora decidiu, num 2º turno duríssimo, eleger um prefeito tucano. Custódio Mattos derrotou a petista e ex-reitora da UFJF, Margarida Salomão, por uma margem apertada de votos, 51,82% contra 48,18% - uma diferença de 10.418 votos num universo de 378 mil eleitores. Àquela época o PT denunciou que o dinheiro vencera, e a política fora derrotada.

Nos últimos meses, a informação de que o prefeito e seu filho (vereador pelo PSDB e suplente de deputado estadual) foram indiciados pela Polícia Federal por compra de votos conseguiu furar o bloqueio da mídia local. Segue o inquérito em segredo de justiça, mas o fato é que ambos são suspeitos de distribuir dinheiro vivo em troca de votos naquela eleição.

Promessas de campanha não cumpridas, as "45 Ações" não saíram do papel, mas sobram obras de maquiagem nas ruas da cidade; o Restaurante Popular, com verba destinada pelo Governo Federal em 2005, ainda não possui data para inauguração; a saúde sofre com o abandono das últimas gestões.

Quanto à educação, os professores municipais decretaram greve em 16 de agosto, em assembléia que contou com a participação de mais de 900 professores. No primeiro dia, 92% da categoria aderiu à mobilização.

Convocados pela Câmara Municipal para uma Audiência Pública para discutir as demandas da categoria, os Secretários de Administração e Recursos Humanos e de Educação não compareceram.

A educação do PSDB

Enquanto a greve na educação começa altamente mobilizada em defesa do piso nacional em Juiz de Fora, entre os professores de Minas Gerais ela demonstra vitalidade, pois já dura mais de 70 dias - desde 08 de junho - também em função da não implementação do piso da categoria.

As bancadas de deputados do PT, federal e estadual, têm dado uma grande contribuição ao SindUte, sindicato dos trabalhadores da educação de MG, apoiando e articulando (inclusive, uma reunião com o Ministro Fernando Haddad, da Educação, foi solicitada).

Cada vez mais fica demonstrada a derrota da política de parte do PT/MG, que buscava tratar Aécio como um bom adversário, aliado em determinadas horas, e não como o inimigo que é. Ainda nas eleições de 2010, os setores ligados a Pimentel optaram por não apostar no confronto entre os projetos tucano x petista. O resultado é conhecido: Anastasia foi eleito já no 1º turno, e o PT não elegeu senador.

A partir deste ano, o PT/MG tem buscado impor um ritmo mais ofensivo na oposição ao governo tucano, construindo um bloco de oposição parlamentar atuante, apostando na mobilização social e no debate interno sobre 2012.

Construir 2012, com vistas a 2014

A viabilização de candidaturas (petistas) fortes e viáveis nas principais cidades mineiras, aliada a uma política de alianças no campo democrático-popular, deve ser a aposta para 2012. A Direção Estadual do Partido já sinaliza neste sentido apesar de, em relação às alianças, defender que ocorra entre os partidos que apóiam o Governo Dilma.

A resolução estadual sobre Belo Horizonte entende que as eleições nesta cidade anteciparão o cenário de disputa nacional entre o projeto democrático e inclusivo petista e as políticas privatistas tucanas. Isto significa que, mesmo que se dê apoio ao atual Prefeito (Márcio Lacerda, do PSB), haverá um veto ao apoio tucano, que ocorreu em 2008.

Mas, a esquerda petista da capital já começou uma campanha em defesa da candidatura própria, que é necessária e fundamental para recolocar a capital mineira de volta nos trilhos do desenvolvimento social.

Apesar de ser do PT o vice-prefeito da capital mineira, trata-se de um governo que adota medidas higienistas contra os moradores de rua, proíbe as manifestações públicas. A relatora especial da ONU para a Moradia Adequada, Raquel Rolnik, incluiu Belo Horizonte entre as cidades que estão violando os direitos humanos ao realizar despejos forçados.

Por essas e outras, um movimento que pede o *impeachment* de Márcio Lacerda vem sendo articulado pelas redes sociais, cada vez com mais adeptos.

Já em Juiz de Fora, o PT municipal caminha a passos largos para definir a precandidatura à prefeitura ainda esse ano, num amplo debate interno, que culmina com a unidade em torno de Margarida Salomão.

Segundo o ex-ministro Luiz Dulci, em debate promovido pela Fundação Perseu Abramo na cidade, "Juiz de Fora é uma cidade importante, pela qual Lula teria sido eleito presidente do Brasil já em 1989. Mas, apesar de progressista, ela está hoje na contramão dos avanços do país".

A campanha tucana de 2008 foi machista e cheia de preconceito. Quem sabe a eleição da primeira mulher presidenta da República abra alas para a eleição de uma mulher prefeita em uma das principais cidades mineiras. Este será um grande passo que contribuirá na principal tarefa para os mineiros em 2014 – derrotar os tucanos num dos estados em que são mais consolidados.★

***Daniela Matos** é militante do PT em Juiz de Fora

SERGIPE

Ana Lúcia defende fortalecimento do PT e da AE em 2012

Com as eleições de 2012 já batendo à porta, o Partido dos Trabalhadores, em especial a Articulação de Esquerda, precisa dialogar com a sua militância e construir propostas para a população nos municípios que fortaleçam o partido como a opção de transformação e mudança social. Para isso, o PT deve se reaproximar dos movimentos sociais e da juventude, e lançar nomes viáveis para disputar o maior número de prefeituras e espaços nas câmaras de vereadores de todo o país.

A opinião é da professora e deputada estadual Ana Lúcia, do PT/AE de Sergipe. Militante histórica do partido, em seu terceiro mandato, Ana lembra que o PT ainda é o partido que tem a maior densidade eleitoral, com o maior número de votos dados pela população, teve o presidente com maior índice de popularidade, Lula, e a primeira mulher presidente, Dilma Rousseff, que vem mostrando liderança e tendo aceitabilidade por parte da população. "Então, temos tudo para aumentar o número de prefeituras e eleger o maior número de vereadores do PT em todo o país", entende.

Mas a parlamentar sergipana aponta que, em muitos lugares aonde o PT é governo, há problemas que precisam ser superados, para que o projeto do partido seja fortalecido. "Muitos dos que estão hoje no PT já não fazem a política dentro de uma visão democrática e popular, de mobilização da população, de convencimento e paixão. Isso nos preocupa, porque acaba por levar o partido para uma linha muito conservadora, o que tem criado desgastes", lamenta.

Cenário em Sergipe

Em termos de Sergipe, Ana vê um cenário muito complicado para 2012, já que o PT governa dentro de uma ampla aliança de partidos, muitos de direita, levando o governo a assumir um perfil de centro. "Há uma disputa forte entre esquerda e direita e, cada vez mais, o agrupamento conservador vai dominando os espaços e a política do Estado, o que cria cenários difíceis nos municípios", diz.

Para ela, a Articulação de Esquerda tem papel preponderante para estar puxando a discussão sobre as eleições de 2012 para uma guinada à esquerda. "Para isso, temos, sempre que possível, apresentar nomes para disputar as prefeituras e também espaços nas câmaras de vereadores. Temos que nos lançar como alternativa viável", sustenta a deputada.

Ana Lúcia defende que o PT de Sergipe deve tomar uma posição mais firme para construir candidaturas nos municípios. Para ela, é preciso disputar o projeto que está em andamento, comandado por Marcelo Déda, mas disputar com mais qualidade. "A direita, infelizmente, está cada vez com mais oxigênio dentro dessa disputa de projeto. Precisamos reverter esse quadro", avalia.

Aracaju

Em Aracaju, a deputada aponta outro grande desafio para 2012. "Estamos na prefeitura, mas o comando já não é nosso. Precisamos resgatar esse comando", enfatiza.

Ana Lúcia destaca que a Articulação de Esquerda tem quadros importantes e estará disputando a administração da capital a partir de um programa e de um diálogo direto com a população. "Precisamos convencer a sociedade que o nosso projeto é o melhor e que a chama da esperança continua acesa", ressalta.

Segundo Ana, apesar do bom período de administração do comunista Edvaldo Nogueira (PCdoB), após seis anos de gestão de Marcelo Déda, há muitas críticas por parte da sociedade quanto à atual gestão. "Avalio que por falta de diálogo mesmo. Precisamos ter diálogo mais permanente com a população, dando respostas concretas às necessidades emergenciais de Aracaju", entende.

Para a parlamentar da AE, os desafios em áreas estratégicas, como Infraestrutura, Educação, Saúde, Habitação, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente, precisam ser melhor tratados por parte da Prefeitura de Aracaju, onde o partido tem o vice-prefeito, Sílvio Santos. "Precisamos, enquanto partido, oferecer uma proposta que dê respostas concretas a esses e outros problemas da cidade, se quisermos voltar a governar Aracaju".

E para isso, Ana defende que a AE deve lançar nome para disputar a capital sergipana em 2012. "Temos grandes nomes para essa disputa", diz, destacando o ex-deputado federal e professor Iran Barbosa, o petista mais votado em Aracaju na última eleição; o professor Joel Almeida, e a atual presidente do Sintese, professora Ângela.

"Inclusive ponho o meu nome também. Se é pra disputar o programa do partido, de envolver a militância e dialogar com a população para que possamos ter uma gestão democrática e popular para Aracaju, estaremos à disposição", diz Ana Lúcia. ★

A CUT tem lado

Expedito Solaney*

De 3 a 7 de outubro, em Guarulhos (SP), será realizada a 13ª Plenária Nacional da CUT. Nela, atualizaremos nossa estratégia, analisaremos os reflexos da crise no Brasil e no mundo, os oito meses do governo Dilma; além de convocar o 11º CONCUT, previsto para 2012.

Um dos principais debates tratará da concepção de desenvolvimento econômico e industrialização. A CUT realizou no dia 9 de agosto seminário sobre o tema. A base do debate foi a resolução da Direção Executiva Nacional, reunida em São Paulo nos dias 2 e 3 de agosto, que manifestou sua posição política contrária à implementação do "Plano Brasil Maior", anunciado pelo Governo Federal no dia 2 de agosto de 2011.

Diz a resolução: "A CUT discorda tanto do método utilizado pelo Governo para a elaboração do referido Plano, desconsiderando as propostas dos trabalhadores, quanto do conteúdo das medidas apresentadas como integrantes de uma Política Industrial, que não abordam questões cruciais para a valorização do trabalho e o desenvolvimento sustentável".

Ao mesmo tempo em que temos esta posição oficial da Central, alguns sindicatos e dirigentes cutistas promoveram iniciativas conjuntas com a Força Sindical e a FIESP.

Da nossa parte, entendemos que a defesa da indústria nacional não representa, necessariamente, a defesa dos interesses dos trabalhadores, sobretudo quando se trata da indústria privada, em especial nos setores que mantém relações com o capital financeiro/especulativo e com as multinacionais dos países centrais.

O "Plano Brasil Maior" tem, entre suas medidas de desoneração, a substituição da cobrança previdenciária sobre a folha de pagamento de pessoal, pela cobrança sobre o faturamento, inicialmente como "projeto piloto" para atividades consideradas intensivas em mão-de-obra, como confecções, calçados e artefatos, móveis e software.

Essa medida pode ser estendida para outros setores, conforme os resultados deste "projeto piloto" de desoneração. O governo federal prevê que caso a perda de receita da previdência não compense a arrecadação sobre faturamento, o Tesouro "cubra" os valores. descolado de qualquer proposta de compensação por outro setor da atividade econômica, por exemplo o setor finaceiro. Calcula-se que 2,5 bilhões deixarão de entrar no caixa da previdência social, ao ano.

Segundo o plano, é o governo federal quem vai fazer o repasse para a previdência.

A defesa da indústria nacional não representa, necessariamente, a defesa dos interesses dos trabalhadores, sobretudo quando se trata da indústria privada, em especial nos setores que mantém relações com o capital financeiro/especulativo e com as multinacionais.

A desoneração via contribuição previdenciária, diferente de outros "incentivos"que o governo possa dar às empresas privadas, significa abrir mão de recursos que são dos trabalhadores, pois são destinados à previdência pública.

Numa quadra de crise, defendemos que a seguridade social como um todo, em especial a previdência social, deva ser preservada. Não é bom o exemplo da Europa, onde os trilhões de euros de renúncias fiscais e desoneração estão fazendo falta.

Outro desafio é dar um basta no retrocesso por parte do governo Dilma, que retomou os leilões das bacias de petróleo; anuncia a privatização de aeroportos, via a tucana justificativa de concessão; além de ter desengavetado a MP 532, que privatiza os correios via abertura do seu capital, igual à abertura do capital da Infraero.

Além disso, a pauta trabalhista está paralisada e, em alguns casos, em franco retrocesso, como é o caso da recusa da convenção 158 por parte da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Bem como a suspensão do aumento real do salário mínimo.

A CUT deve priorizar os temas centrais da pauta cutista, como a luta dos servidores públicos em campanha salarial e pelo fim dos leilões; construir grandes mobilizações nas campanhas salariais que se iniciam agora no segundo semestre, como bancários, petroleiros, metalúrgicos, pautando as reivindicações imediatas como reajuste dos salários com ganho real, a defesa da redução da jornada sem redução dos salários, a luta pela ratificação das Convenções 87 e 158 da OIT, o fim do imposto sindical, a reforma tributária progressiva, a reforma agrária e urbana, a implementação do piso nacional salarial do magistério, entre outras. ★

***Expedito Solaney** é Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT

Jornada e salários

Leandro Eliel*

A redução da jornada oficial colabora para a obtenção de outras conquistas

A redução da jornada de trabalho é uma pauta histórica da classe trabalhadora desde as primeiras manifestações operárias na Inglaterra, passando pelo movimento operário anarquista no Brasil que, em 1906, no 1º Congresso Operário Brasileiro defendeu a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, até o momento atual, em que defendemos a redução das atuais 44 horas para 40 horas semanais, sem redução dos salários.

Essa luta expressa muito bem a contraditória relação entre Capital e Trabalho, entre a disputa pelos ganhos da exploração da força de trabalho e pela defesa de direitos que melhorem a qualidade de trabalho e de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

No Brasil, nesses últimos anos assistimos a um aumento enorme da produtividade do trabalho, ou seja, a classe trabalhadora produziu muito mais riqueza numa jornada de trabalho que não se alterou. Além disso, com a enorme rotatividade, muitos patrões contrataram novos trabalhadores com salários menores, aumentando ainda mais os seus lucros, sem contar com as horas extras, com as novas formas de flexibilização do contrato de trabalho, entre outras medidas que aumentaram ainda mais a apropriação da riqueza pelo Capital.

A última vez que tivemos alteração na jornada de trabalho foi quando a Constituição de 1988 determinou a redução de 48 horas para 44 horas semanais.

Desde 2003, a CUT impulsiona uma nova campanha pela redução da jornada sem redução de salários. Atualmente, tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei nesse sentido. Segundo o Deputado Vicentinho (PT-SP), "essa é uma bandeira histórica do PT e do movimento sindical brasileiro [...]. Portanto, temos a convicção da necessidade de aprovação desta proposta não apenas para os trabalhadores, mas para a economia do País como um todo". O deputado Vicentinho defende a aprovação dessa medida ainda este ano.

Ainda que importantes setores econômicos já tenham uma jornada inferior às 40h, esse movimento deve contar com a solidariedade do conjunto da classe trabalhadora brasileira. A redução da jornada oficial colabora para a redução ainda maior da jornada e para a obtenção de outras conquistas para os demais setores.★

***Leandro Eliel** é militante do PT Campinas

Marcelo Casall-ABr

Margaridas em marcha

Ao dar as boas vindas às mais de 70 mil mulheres trabalhadoras rurais de todas as regiões do país, que chegaram à Brasília, nos dias 16 e 17 deste mês, na 4ª Marcha das Margaridas, a ministra Iriny Lopes, disse que elas dão exemplo de diálogo, respeito e autonomia para debater com o governo suas especificidades. "Ao reivindicar seus direitos, as margaridas apresentam uma agenda para quatro anos e uma proposta de desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade, vamos dialogar sempre, pois estamos juntas e buscamos os mesmos resultados", salientou a ministra das Mulheres.

Da pauta de reivindicações apresentadas pelas margaridas, muitas delas já estão em curso e envolvem ações na área da saúde, educação, segurança, geração de renda, acesso a terra e crédito rural e erradicação da miséria, entre outras. O resultado das mesas de negociação, articuladas pelo ministério das mulheres, foi apresentado pela presidenta Dilma Rousseff às margaridas, no encerramento da marcha, contendo um conjunto de medidas.

Entre as medidas estão a construção de 16 unidades básicas de saúde fluviais e de 10 centros de referência em saúde do trabalho voltados para o campo e floresta até 2012, 10 Unidades Móveis de atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta vítimas de violência doméstica; um plano integrado em saúde para trabalhadores do campo e da floresta; o aumento do limite de venda da agricultura familiar para fornecimento da merenda escolar, de modo a atingir, ainda em 2011, os 30% de compra direta do governo à agricultura familiar previstos na lei; a inserção da Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS) no Plano Brasil sem Miséria e aumento da dotação orçamentária do programa; ampliação do crédito rural, com elevação da participação da mulher e linha exclusiva às trabalhadoras; ampliação do acesso à creche e expansão da rede escolar na zona rural, entre outros.

A 4ª Marcha das Margaridas, coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) percorreu seis quilômetros desde o Parque da Cidade, até a Esplanada dos Ministérios para protestar contras as desigualdades sociais, denunciar todas as formas de violência, exploração e dominação e avançar na construção da igualdade para as mulheres. No dois dias de evento, diversas atividades foram realizadas, como oficinas, painéis e lançamento do CD "Marcha das Margaridas" e de publicações sobre as lutas das trabalhadoras rurais.

Margarida Alves, símbolo de luta e inspiração

A Marcha das Margaridas tem esse nome em homenagem à trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves. Ela foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba, onde fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. A sua trajetória sindical foi marcada pela luta contra a exploração, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra o analfabetismo e pela reforma agrária. Margarida Alves foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983.

Até janeiro, em Esteio

*Lício Lobo**

A 8ª Jornada Nacional de Formação Política da AE será realizada na cidade de Esteio, **região metropolitana de Porto Alegre**, **no período de 14 a 22 de janeiro de 2012.** Serão ministrados os quatro cursos cujas grades sintéticas descrevemos abaixo, sendo que os militantes deverão optar pela participação em um deles:

- Estudo das Resoluções da AE: Socialismo, Estratégia, Bloco Histórico, Frentes de Massa, História da Luta pelo Socialismo, História do Brasil, História do PT, História da AE, História do Governo Lula e perspectivas.

- Lutas de Massas e Socialismo: Socialismo, Estratégia, Bloco Histórico, Mulheres, Juventude, Sindical, LGBT, Questão Agrária, Combate ao Rascismo, História do Brasil, História do PT, História da AE, História do Governo Lula e perspectivas.

- Planejamento Eleitoral e Comunicação: Socialismo, Estratégia, Bloco Histórico, Frentes de Massas, Planejamento Eleitoral, Comunicação, História do PT, História da AE, História do Governo Lula e perspectivas.

- Introdução à Leitura de "O Capital": leitura comentada de capítulos selecionados e dinâmicas de estudo.

É importante que os estados, municípios e setoriais organizem desde já uma ampla participação nesta jornada de formação.

Breve trajetória

A **Escola de Quadros da AE** foi criada por decisão da X Conferência Nacional da AE e organizou a 1ª jornada nacional de formação política em julho de 2008, no Instituto Pio XI, na capital paulista.

Desde então, realizamos mais seis jornadas nacionais de formação, com periodicidade semestral: a segunda, terceira e quarta em Cajamar-SP, a quinta em Caruaru-PE, a sexta em Campo Grande-MS e a sétima, recém realizada em julho de 2011 em Brasília.

Ao todo, participaram destas jornadas nacionais de formação 265 companheiras e companheiros de 21 estados da federação.

Além das jornadas nacionais, foram realizados cursos de formação organizados em cooperação da Escola de Quadros da AE e respectivas direções estaduais da AE nos estados do RS, PR, RJ, SE, RN, CE e MS, os quais contaram com a participação de aproximadamente 500 companheiras/os.

Olhando em perspectiva, é possível afirmar que logramos mobilizar e organizar um contingente respeitável de militantes para o esforço de dar corpo a um sistema nacional de formação política da corrente, constituindo uma massa crítica que deve nos motivar a superar as debilidades e insuficiências ainda existentes e encarar o desafio de dotar este sistema de uma maior organicidade e capilaridade.

Novos desafios

A Escola de Quadros da AE visa estruturar um esforço coletivo permanente de elaboração política capaz de dar forma a uma contribuição singular ao debate teórico em curso na esquerda brasileira e mundial.

Trata-se portanto de um desafio de largo curso, de uma corrente petista que entende o Partido como espaço estratégico para a construção do socialismo no Brasil e portanto formula sua concepção de formação política em estreito diálogo com os dilemas políticos e estratégicos vivenciados pelo PT e em contato com a realidade da vida concreta da classe trabalhadora brasileira.

Como vemos, não são desafios triviais. A DNAE adotou as seguintes resoluções em relação à Escola de Quadros:

- reforçar a organicidade do trabalho nacional de formação, em articulação com as direções estaduais e municipais, com a criação de um Coletivo Nacional de Formação Politica, sendo que cada estado da federação e coordenação setorial nacional deverá indicar um companheiro ou companheira para compor este coletivo

- dentre os membros do Coletivo Nacional de Formação Politica, a DNAE designará um Grupo de Trabalho com caráter executivo que deverá realizar as seguintes:

a) atualizar o Plano Geral da Escola de Quadros de julho de 2008, à luz dos desafios atuais e experiência acumulada no trabalho de formação desde então;
b) no âmbito do debate sobre o Plano Geral, definir diretrizes quanto a proposta político-pedagógica;
c) detalhar um calendário de formação nacional e nos estados para o período 2011-2012;
d) preparar material didático para curso de dois dias para ser usados em atividades de formação nos municípios, especialmente visando a recepção de novos militantes na AE;
e) consolidar e disponibilizar para os estados, municípios e setoriais, material pedagógico utilizado nas sete jornadas de formação;
f) elaborar proposta para implantação de curso de ensino à distância, com definição de grade curricular, proposta político-pedagógica e procedimentos.
g) definir datas e conteúdos e organizar a realização de quatro seminários nacionais com as seguintes temáticas:

- debate sobre as resoluções do I Congresso da AE com outros setores da esquerda brasileira;
- os diferentes projetos desenvolvimentistas no Brasil;
- as classes sociais no Brasil;
- a crise mundial do capitalismo.

Portanto, grandes desafios que certamente superaremos com debate e ação coletivos e organização. Até janeiro, em Esteio. ★

***Licio Lobo** é membro da DNAE

Reforma Agrária: uma necessidade para o desenvolvimento

*Edegar Pretto**

A Reforma Agrária continua sendo um dos principais meios para desenvolver nosso país. O processo permite a distribuição de renda e riqueza, democratiza a terra e gera empregos diretos, produção de alimentos e moradia. Urge buscarmos resoluções para o problema agrário e oportunidades que propiciem o direito ao trabalho no campo.

O atual modelo tecnológico agrícola imposto ao Brasil, baseado no interesse das grandes empresas, onde o agronegócio mantém a regra de produzir para exportar, justifica a necessidade imediata de uma plataforma política que fortaleça a reforma agrária para melhor distribuição de terras e aumento da produção. Para frearmos o êxodo rural, que ainda marcha no país, são necessárias políticas em favor do conjunto da nacionalidade que garantam a sustentabilidade da produção agroecológica e permanência dos agricultores e agricultoras na terra com melhores condições de vida.

Durante o recesso parlamentar, no mês de julho, estive em diversos assentamentos do RS. Entre os principais problemas constatados destaco a falta de infraestrutura para redes de água potável e irrigação, problemas em estradas, diversificação da produção e endividamento agrícola. Devido às características de algumas regiões é necessária atenção especial do Estado para que a sustentabilidade não seja colocada em risco pela miséria e falta de infraestrutura. Os governos têm importante papel de impedir as desigualdades regionais e sociais resultante da concentração da riqueza, principalmente a gerada pela desproporção do agronegócio, que trata a terra simplesmente como mercadoria, e não como questão social.

O Brasil tem condições de ser um país com soberania alimentar mundial. Para isso, precisamos potencializar a agricultura familiar, um setor econômico essencial e estratégico para a produção de alimentos.

São os pequenos agricultores que respondem por até 70% da produção que integra a cesta-básica, superando assim o agronegócio. Portanto, a reforma agrária precisa de um olhar sem preconceito para que o Brasil, rural e urbano, tenha mais cidadania e igualdade. A inclusão social é possível quando temos mobilização da sociedade como um todo e de organizações populares do campo e da cidade, a exemplo dos movimentos da Via Campesina. Se os ricos não querem partilhar as riquezas, o Estado precisa exercer sua função social e garantir os princípios de igualdade e democratização da propriedade.

***Edegar Pretto** é deputado estadual (PT/RS)

MEMÓRIA

João Pedro: uma respeitada trajetória de militância

Intelectual engajado na luta do povo e um dos construtores da Articulação de Esquerda, João Pedro foi vereador de Vitória (ES), de 1993 a 1996. Sua vida foi interrompida cedo, em 1998, aos 53 anos de idade, mas deixou registrado na história do Partido dos Trabalhadores uma respeitada trajetória de militância. Ele sonhou e lutou por uma sociedade em que cada pessoa pudesse viver com dignidade.

João Pedro defendia sempre a ética na política e dizia que "aqueles que desejam verdadeiras transformações sabem que elas não acontecerão sem ética e a luta pela justiça nas relações. Esta luta é difícil e não conta com apoios fáceis". Para quem acompanhou de perto suas ações sabia que está era a opção de seu mandato.

Quando João Pedro faleceu, a presidente Regional do PT-ES era a atual ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Iriny Lopes. Na época, ela declarou que o partido perdia um dos seus maiores e mais brilhantes militantes. "Ele era um dos mais combativos seja no movimento popular, na Educação ou na universidade, onde era professor", disse Iriny.

Família - "É impossível deixar de se emocionar e evitar a contaminação das palavras escritas por João Pedro", diz emocionada a esposa Ana Marta ao mostrar os seus textos e fotos. "Ele era um apaixonado pelo PT e um grande companheiro e um pai sempre presente. Ele soube dosar a vida de militante com a vida em família", lembra.

Do casamento com Ana Marta, com quem viveu os últimos anos, João Pedro teve duas filhas: Carolina, hoje com 19 anos, e Isabela, com 21. Quando ele casou já era pai de Lydia, Humberto, Markus, Mônika e Breno. "João Pedro foi muito dedicado e amável com todos os filhos. Isso fez com que a relação entre eles fosse sempre muito saudável. Todos têm muito orgulho do pai", diz com voz embargada.

JOÃO PEDRO estudou Filosofia, Teologia e Pedagogia. Foi professor de Filosofia na Universidade Federal do Espírito Santo e vice-presidente da Adufes. Um dos fundadores da Articulação de Esquerda, foi presidente do Diretório Municipal de Vitória e membro do Diretório Regional do PT-ES. Dirigiu a Associação Comunitária de Jardim Camburi, entre 1989 e 1991. Em 1992, João Pedro foi eleito vereador de Vitória. O nome do Centro Municipal de Educação Infantil "João Pedro Aguiar", em Jardim Camburi, é em homenagem a sua luta pela construção da escola.

João Pedro com as filhas Isabela e Carol